

P. 47/2016

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO DE TROÇOS DE REDE PRIMÁRIA, REDE DE FAIXA DE GESTÃO DE COMBUSTÍVEIS DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CAPARROSA E SILVARES E FREGUESIA DO GUARDÃO.** -----

----- No dia vinte e um do mês de Outubro de dois mil e dezasseis, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de Setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- José Maria Marques de Almeida, casado, natural da União de Freguesias Cunha Alta, Mangualde e Mesquitela, Concelho de Mangualde e residente na Quinta Nova d'Almeida, Cunha Alta, Mangualde, Concelho de Mangualde, com o NIF 184 835 160 e o cartão de cidadão número 7622615, válido até 08/07/2019, emitido pela República Portuguesa, com poderes para outorgar em representação da Sociedade por Quotas Jomanor, Unipessoal, Limitada, com o NIPC 506 020 304 e sede na Estrada Nacional 16, Km 116, Cruzamento da Cunha Alta, Freguesia da Cunha Alta, Concelho de Mangualde, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em dezanove de outubro de dois mil e treze, que arquivo sob o número um, titular do Alvará de Empreiteiro de Obras Públicas com o número

44747 – PUB, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade do primeiro outorgante pelo conhecimento pessoal que dele tenho, bem como dos poderes que legitimam a sua intervenção neste ato e a do segundo outorgante pela exibição do mencionado documento de identificação. ---

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 23/09/2016, que arquivo sob o número três, foi manifestada a intenção de adjudicar e formalizada em 11/10/2016, à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a empreitada de Beneficiação e Requalificação de Troços de Rede Primária, Rede de Faixa de Gestão de Combustíveis da União de Freguesias de Caparrosa e Silvares e freguesia do Guardão, de acordo com a proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 22/09/2016, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 11-10-2016, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de cento e trinta e nove mil quatrocentos e setenta e sete euros e cinquenta cêntimos, acrescido do Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora. ---

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, mediante Autos de Medição a elaborar mensalmente, de acordo com o Caderno de Encargos que arquivo sob o número cinco. -----

----- A ação que se pretende executar, no âmbito da defesa da floresta contra

incêndios, visa a intervenção na Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC), e beneficiação de troços da Rede Viária Florestal associados à rede secundária de faixas de gestão de combustível considerados estratégicos, no Concelho de Tondela. -----

----- A materialização desta rede no espaço concretiza-se pela execução de um conjunto de operações de silvicultura preventiva, a realizar em faixas estrategicamente localizadas, com o intuito de promover a infraestruturação do espaço florestal, reduzir a incidência dos incêndios florestais e permitir um combate mais eficaz e seguro. -----

----- As áreas e parcelas de intervenção e a caracterização das operações e equipamentos encontram-se definidas nas cláusulas 3ª e 4ª das especificações técnicas anexas ao Caderno de Encargos. -----

----- Que a revisão de preços será calculada nos termos do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, mediante a seguinte fórmula tipo: -----

----- F16 – CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída cento e vinte dias a contar da data da consignação, prevendo-se o seu início em 24/10/2016 e o seu termo em 25/02/2017. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de Janeiro. -----

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista, reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de oito mil trezentos e sessenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos, é de cento e quarenta e sete mil oitocentos e quarenta e seis euros e quinze cêntimos. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número seis: Certidão validada via internet e emitida em dezanove de Agosto de dois mil e dezasseis pelo Serviço de Finanças de Mangualde, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número sete: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço

Segurança Social Direta em vinte e sete de Julho de dois mil e dezasseis, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Nos termos do número 3 do artigo 88º do C.C.P., serão efetuadas retenções no valor de dez por cento dos pagamentos a efetuar. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 07-01-04-08, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

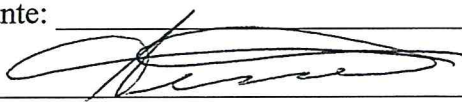
----- O compromisso de verba tem o número sequencial 21798/2016, datado de 19/10/2016. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano e seguinte. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público:  _____